

Auditoria

Quando

recebo uma conta para pagar, vejo detalhadamente as parcelas que a compõem, seja a conta da luz, da água, do telefone… seja mesmo a conta de um restaurante.

Faço-o por

uma questão de bom senso, não vou pagar o que não consumi, nem vou pagar o que não acordei previamente com quem me presta o serviço. Se não concordar com o que vejo, questiono e se não for esclarecido nas minhas dúvidas protesto e não pago. Não tenho de pagar o que não consumo e não tenho que recear fazer valer os meus direitos. Pouco me importa que a outra parte fique melindrada. Estou apenas a fazer valer os meus direitos.

O mesmo se

passa em relação aos Estados e à sua dívida. Os cidadãos, que a pagam através dos seus impostos, têm o direito de lhe conhecer os contornos, os governantes têm a obrigação de os esclarecer, como? Através de uma auditoria, que mais não é que um olhar atento sobre as parcelas e os montantes que a constituem. Se essa dívida é legítima, pague-se, se pelo contrário levanta suspeitas escrutine-se, se é ilegítima temos o direito de pagar apenas o que de facto devemos.

É o que se

passa nas nossas vidas, É o que se deve passar na vida dos Estados.

Não faz

qualquer sentido que alguém de boa fé se recuse a auditar uma dívida, só porque o credor pode ficar incomodado com essa auditoria, faz ainda menos sentido que um governo, eleito pelos cidadãos para defender os seus interesses, sustente precisamente essa teoria.

Pode até a dívida ser justa, mas a recusa em dá-la a conhecer com todos os seus pormenores, levanta no mínimo fundadas suspeitas.

Numa altura em que as pessoas estão particularmente sensíveis ao fenómeno da corrupção, em que finalmente se começa a admitir serem as desigualdades sociais a fonte principal das crises económica e financeira que assolam o mundo em que vivemos, em que um por cento da população tem ao seu dispor mais de vinte por cento da riqueza produzida, a transparência, a lisura nas contas públicas, são sem dúvida das escassas garantias democráticas que nos restam.

Por toda a Europa, estão a ser levadas à prática auditorias cidadãs às dívidas públicas dos diversos países, Portugal não é excepção, No passado fim-de-semana foram dados os primeiros passos para levar à prática essa auditoria. Um grupo de cidadãs e cidadãos juntou-se, debateu e começou a pôr em prática uma tarefa que cumprindo ao Estado, as forças políticas que detêm o poder se recusam a levar a cabo.

Está criado um grupo aberto e transparente que funcionará com o contributo que todos quiserem dar. Pessoas oriundas de diversos partidos,

Juntaram-se para defender a cidadania e a independência da população.

Chama-se a
isto democracia! Os partidos que se cuidem.

Para
terminar deixo-vos o meu desejo de festas felizes, se vos for
possível…

Miguel Sampaio